

INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NAS SÉRIES INICIAIS

Mônica Pereira dos Santos – Rede de Ensino Doctum
Iêda Barra de Moura Galvão – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

A pesquisa tem como enfoque o grupo dos alunos da educação básica, mais especificamente do ensino fundamental I: séries iniciais, que apresentam o transtorno do espectro autista. O projeto de pesquisa tem recorte para o público em questão, que passam pelo processo de investigação ou já possuem laudo apresentando Transtorno do Espectro Autista - TEA, direcionando-se para a compreensão de um diálogo entre a escola e a família, evidenciando a importância da formação dos docentes e preparação da estrutura local das escolas, em busca de um desenvolvimento individual e coletivo saudável, refletindo acerca do autoconhecimento, a percepção de si e do outro em sociedade. Tendo em vista que tal abordagem trata-se de um assunto de relevância social, no qual evidencia-se a construção de conhecimentos diálogos reflexivos a cerca do processo de inclusão e da relação da família e escola. A pesquisa busca integrar e relacionar os conhecimentos já estabelecidos a partir do levantamento de dados, a fim de motivar o interesse dos graduandos de pedagogia, para que pesquisem e analisem a diversidade subjetiva a respeito dos seres humanos em suas individualidades e de sua coletividade a partir de uma visão social.

Palavras-chave: TEA. Séries Iniciais. Família. Docente.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste artigo INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NAS SÉRIES INICIAIS é abordar essa questão social, na qual se evidencia a relevância da construção de conhecimentos e diálogos reflexivos com relação ao processo de inclusão e a relação entre família e escola. Para tanto, alguns objetivos específicos se fazem necessários: INVESTIGAÇÕES HISTÓRICAS CONCEITUAIS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.

A pesquisa é de base básica, com seu método de abordagem qualitativa, bem como os objetivos exploratórios e procedimentos técnicos para coleta dos dados pesquisa bibliográfica. Tem como objetivo principal o agrupamento de alunos com TEA, nos anos iniciais da educação básica. É de suma importância ressaltar que a pesquisa busca integrar e relacionar conhecimentos já estabelecidos a partir de levantamento de dados, com o intuito de gerar

interesse aos graduandos do curso de pedagogia, para que busquem conhecimento acerca da diversidade subjetiva a respeito das individualidades das pessoas tanto no quesito individual quanto no coletivo, a partir de uma visão social. Sendo assim, é indispensável a construção de debates reflexivos que discorram de maneira crítica.

Em um contexto coletivo, entende-se que a realidade local na qual está inserido deve ser reconhecida. Portanto, a parceria entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento de um debate equilibrado e transparente.

Desse modo, o projeto de pesquisa tem recorte para o público de crianças e pré-adolescentes, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I, séries iniciais, que passam pelo processo de investigação ou que já possuem laudo indicativo de TEA, condicionando um melhor entendimento na troca entre a escola, família e comunidade. Colocando em evidência a importância da formação docente e preparação da estrutura local das escolas, com o intuito de garantir um desenvolvimento individual e coletivo saudável, dando reflexo ao autoconhecimento quanto a percepção de si próprio e do outro na sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

Recentemente, o contexto da educação sexual no Brasil em sua perspectiva político-pedagógico, transitou entre diversas manifestações no que diz respeito a sua prática educativa na sociedade como um todo (ZERBANATI; BRUNS, 2017), dessa forma trazendo consigo diversas perspectivas sobre a inclusão nas escolas, o papel do professor e das famílias no processo educativo de crianças diagnosticadas com TEA.

Percebe-se, desse modo, uma grande problemática social sobre o assunto educação inclusiva. Baseando-se nesse contexto e visando compreendê-lo da melhor forma possível, lança-se as seguintes indagações: Como acontece a inclusão dos alunos com TEA nos anos iniciais? Quais são os maiores desafios enfrentados pela escola na inclusão de um aluno com TEA nos anos iniciais? Como os professores podem contribuir para a adaptação da transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental I de um aluno com TEA?

Ressalta-se que essa construção de planejamentos inclusivos e de propostas de ações educativas busca integrar conhecimento a partir dos levantamentos de dados, e motivar o interesse aos graduandos em pedagogia, para que prossigam as pesquisas e analisem a diversidade subjetiva a respeito dos seres humanos em suas individualidades e em sua

coletividade.

2.1 Fundamentação Teórica

Partindo do pressuposto que a educação inclusiva se trata de um processo que busca responder à diversidade das necessidades de cada um dos alunos, promovendo a efetiva participação e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do mesmo (UNESCO, 2009), desdobra um diálogo a respeito das ações promovidas para tal concretização.

Diante disso, o diálogo entre escolas e famílias faz-se significativo na construção e elaboração da visão plena e digna para todos a respeito de si, desenvolvendo sua autoimagem e habilidade de socialização (MELO, 2011). Libâneo (2017), reitera que a concepção de conhecimento integrado ao ser humano provém das experiências socioculturais.

Através disso, a pedagogia tem um papel de pensar sobre a prática inclusiva desses alunos no que se refere ao cumprimento de direitos e deveres, realizando uma atividade multiprofissional que busque a participação ativa da família (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Nessa perspectiva, evidencia a importância de que se restabeleça é necessário inicialmente realizar uma reflexão a respeito das questões que envolvem o sistema atual, para que a inclusão seja compreendida com uma visão da necessidade de um olhar cuidadoso, principalmente pela forma que essas crianças são recebidas e incluídas no cotidiano escolar.

A expressão TEA atualmente é utilizada por algumas das seguintes razões, Plouller (1906) foi o primeiro a adotar o termo autismo, representando o sinal clínico de isolamento. O médico Eugene Bleuler (1911) exibiu o termo e chegou à conclusão de que se tratava de “uma fuga da realidade”. Bleuler, naquele momento, usou o termo autismo para fazer referência ao quadro de esquizofrenia (BRASIL, 2014). Posteriormente, Bleuler (1911) reconheceu, a partir de uma teoria freudiana, a expressão autoerotismo e tirou Eros, apontando o autismo como efeito da desagregação. Ele fez analogia a um tipo específico de pensamento, autístico, ou seja, que não é induzido por objetivos, porém por afetos e vontades que compareçam de maneira extrema na esquizofrenia e tem função principal no caso de crianças autistas.

Em 2012, foi sancionada a Lei federal 12.764/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A lei ganhou o nome da ativista pelos direitos do autistas e coautora da proposta, Berenice Piana.

Dentre os direitos, uma das determinações apresentadas era que as pessoas com TEA teriam, por lei, todos os mesmos direitos previstos que as de um grupo de indivíduos deficientes. Mesmo com a lei federal ativa, a Alesp identificou que seria necessário a criação de uma norma que garantisse os direitos dos autistas, e em 2018, foi aprovada a proposta em que se torna obrigatório a inclusão do símbolo do autismo.

Uma criança com transtorno do espectro autista ocasiona mudanças na rotina das famílias. É necessária uma adaptação no cotidiano familiar, compreendendo e respeitando as sensibilidades da criança com TEA. Na maioria dos casos as famílias não estão preparadas, algumas vezes por falta de conhecimento, para fazer o acompanhamento no tempo necessário. Crianças com diagnóstico de TEA, constantemente expressam dificuldades na construção e permanência em relacionamentos interpessoais. Dessa forma, precisam de cuidados diferenciados, o que inclui adaptação na educação formal e em toda criação (GOMES et al., 2015).

A partir de tal discussão faz-se necessário observar que, na maioria dos casos pesquisados, desde pequenos é possível perceber que existem falhas ou inexistências em testes com jogos de faz de conta e de imitação social, habituais nas crianças com desenvolvimento sem deficiência (OMAIRI, et al, 2013).

Sendo assim, é necessário que as famílias procurem opções para garantir que as necessidades das crianças sejam atendidas, adaptando a rotina da casa adjunto ao cotidiano e rotina escolar.

Dessa forma, percebe-se que para que a inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista seja realizada de forma eficaz, demanda o conhecimento particular que ela apresenta, sua subjetividade. Ressalta-se, que é importante conhecer e reconhecer os modos de interação, preferência alimentar, dificuldade na fala, nível de comunicação, entre outros pontos.

Suas subjetividades haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, no capítulo V da lei de Diretrizes e Bases, 9394/96 diz que a educação especial tem que ser ofertada “preferencialmente na rede regular de ensino. Dessa forma se faz necessário à integração afetiva do indivíduo para viver no meio social”. No art. 2º, é definido que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, (...), assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

É possível perceber que essa resolução antecede a organização dos sistemas de ensino,

assim como a assistência a esses alunos na classe comum regular. De acordo com Cavalcante (2006, p. 164), “O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola”. Com isso, as atividades propostas na rotina escola dos alunos autistas deve ser incluídas por meio do projeto político pedagógico da escola e dos planejamentos dos docentes.

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos dela. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o aluno em um contexto educativo comum (MORINA, 2010, p. 17).

A inclusão de um aluno com TEA vai além de inseri-lo em uma sala de aula tradicional, como se ele fosse se adaptar com os outros alunos. Ou somente inseri-lo em qual ambiente que faça parte da escola. Faz-se necessário envolver o aluno buscando apresentar-se de maneira com que a rotina faça sentido para ele. Acredita-se que a convivência escolar compartilhada, naquela que tem sido chamada “escola inclusiva”, possa favorecer mudanças éticas relativas ao trato com as diferenças. Esse pode ser um dos efeitos associados ao convívio: a construção de uma nova base ético-cultural (BAPTISTA, 2002).

Analisando a perspectiva escolar, é preciso pensar na capacitação dos profissionais. De acordo com Nunes (2008); as crianças com autismo, podem apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa adaptado e adequado para motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa de muita dedicação e paciência da família e também dos professores.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Objetivo geral: Analisar a efetividade da inclusão de alunos com TEA no ensino fundamental I séries iniciais, evidenciando a prática dos educadores e a união entre família e escola.

Objetivos específicos: Identificar questões motivadoras para a discussão ou não discussão da educação inclusiva em escolas e comunidades; analisar as possíveis influências da formação do docente nas práticas inclusivas.

Partindo do pressuposto que a educação inclusiva se trata de um processo que busca responder à diversidade das necessidades de cada um dos alunos, promovendo a efetiva participação e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do mesmo (UNESCO, 2009), desdobra um diálogo a respeito das ações promovidas para tal concretização.

Diante disso, o diálogo entre escolas e famílias faz-se significativo na construção e elaboração da visão plena e digna para todos a respeito de si, desenvolvendo sua autoimagem e habilidade de socialização (MELO, 2011). Libâneo (2017), reitera que a concepção de conhecimento integrado ao ser humano provém das experiências socioculturais.

Através disso, a pedagogia tem um papel de pensar sobre a prática inclusiva desses alunos no que se refere ao cumprimento de direitos e deveres, realizando uma atividade multiprofissional que busque a participação ativa da família (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Nessa perspectiva, evidencia a importância de que se restabeleça é necessário inicialmente realizar uma reflexão a respeito das questões que envolvem o sistema atual, para que a inclusão seja compreendida com uma visão da necessidade de um olhar cuidadoso, principalmente pela forma que essas crianças são recebidas e incluídas no cotidiano escolar.

2.3 Resultados e Discussão

Foi possível observar que o diálogo entre a família e a escola é o fator principal para uma adaptação com menor transtorno possível para o aluno autista. Visto que a criança passa grande parte do tempo na escola, muitas vezes vão existir atribuições que são desconhecidas pela família, assim como algumas atribuições poderão ser desconhecidas pela escola, se existir uma troca de informações entre a família e a escola, o desenvolvimento dessa criança sem dúvidas irá progredir. Quanto mais o professor conhecer seu aluno melhor será os planos de aula e desenvolvimento criado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, para que a adaptação desses alunos aconteça da forma mais equilibrada possível pudemos observar que os professores podem adotar as seguintes medidas: criar o hábito da rotina, visto que seres humanos autistas conseguem organizar melhor as suas ideias

através de uma rotina. A sensibilidade sensorial precisa ser levada em consideração, cada ser é individual, único e possui suas particularidades, utilizando assim as reações a estímulos a favor do aprendiz. Comunicar com antecedência ao aluno as possíveis transições, visto que a rotina é um fator principal para o conforto deles, quaisquer alterações podem gerar sensibilidades positivas ou negativas. Outro fator que também precisa ser levado em consideração durante a troca de informação com esses alunos com TEA é a comunicação clara, tendo em vista que cada autista possui sua característica peculiar, é necessário escolher as palavras que serão usadas para desenvolver esse diálogo, buscar sempre uma comunicação simples e direta. Uma característica única dos autistas é o hiper foco, os professores podem usar as áreas de interesses desses alunos para dar início a aprendizagem. É preciso também que seja desenvolvido uma rede de apoio entre os principais responsáveis de convívio desses alunos, por exemplo pais, cuidadores e escola, essas pessoas que tem mais convívio com essa criança são os que mais o conhecem, haver trocas de informações e sugestões entre essas partes será crucial para suporte no desenvolvimento de aprendizagem desse aluno.

Por mais que muitas vezes os professores estão convictos que estão fazendo tudo que podem, ainda pode ser desafiador ensinar uma criança autista. A criança e seus familiares na maioria das vezes depositam a total confiança no professor, devido a isso é necessário que os docentes estejam sempre em busca de conhecimento. A construção de relacionamento entre adulto e uma criança autista é construída da maneira gradativa e longa, é necessário tempo e paciência. É importante observar quando uma ação leva a sensibilidade negativa para que o mesmo erro não se repita. A criação da confiança entre o professor e o aluno autista vai se ganhando gradativamente. E para os dias mais desafiadores é necessário o conhecimento do professor para compreender que se o aluno está agindo de determinada maneira, possivelmente algum ponto da sua rotina pode ter mudado, e com sabedoria pensar no melhor para contornar essas situações atípicas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1ª Ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019. 256p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODARTH, Kellerman Augusto Lemes *et al.* A utilização do evento ifagrotech na prática da aprendizagem transformadora. **Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – Ciki**, V.1, n.1. Porto Alegre, 2019. ISSN 2318-5376. Disponível em: <<http://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/740/414>> Acesso em: novembro de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2017. 288p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013. 208p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003